

Formação docente:

Contextos, sentidos e práticas 2



Marcelo Máximo Purificação
Wanda Pereira de Lima
Janaína Rodrigues Reis Nascimento
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Formação docente:

Contextos, sentidos e práticas 2



Marcelo Máximo Purificação
Wanda Pereira de Lima
Janaína Rodrigues Reis Nascimento
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Formação docente: contextos, sentidos e práticas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Wanda Pereira de Lima
Janaína Rodrigues Reis Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F723 Formação docente: contextos, sentidos e práticas 2 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Wanda Pereira de Lima, Janaína Rodrigues Reis Nascimento. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0036-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.363222903>

1. Formação docente. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Lima, Wanda Pereira de (Organizadora). III. Nascimento, Janaína Rodrigues Reis (Organizadora). IV. Título.

CDD 370.71

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores, saudações.

Apresentamos o e-book “Formação docente: contextos, sentidos e práticas 2”, que exibe um conjunto de textos, resultantes de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de diversos contextos, com o objetivo de apresentar a relação teoria-prática desenvolvida por professores na construção do conhecimento em diferentes instituições do Brasil e professores da Universidad Autónoma Chapingo no México. Organizado em dezesseis capítulos temáticos, este e-book aproxima o leitor do cotidiano dessas instituições e, conseqüentemente, de diversos saberes, que permeiam a formação docente, estruturando contextos/significados/práticas. Nesses dezessete capítulos, destacamos alguns argumentos explicativos que permeiam o contexto social atual (marcado pela COVID-19), a docência e os processos de formação que a compõem - que envolvem políticas públicas, trabalho pedagógico, processos de inclusão, experiência, estratégias de ensino, estágio curricular/práticas supervisionadas, ludicidade, integração tecnológica, entre outros -. Nesse sentido, este e-book apresenta questões que podem subsidiar e colaborar nas discussões e reflexões de profissionais da educação dos mais diversos níveis de ensino. Dito isso, desejamos a todos uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação

Wanda Pereira de Lima

Janaína Rodrigues Reis Nascimento

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A GEOMETRIA PLANA POR MEIO DE ATIVIDADES NO GEOGEBRA: CONTRIBUINDO PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EJA

Jeane do Socorro Costa da Silva

Eliza Souza da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229031>

CAPÍTULO 2..... 13

A BNCC: PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – MG

Leiliane Soares Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229032>

CAPÍTULO 3..... 19

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID 19

Lânia da Silva Cardoso

Francinalda Pinheiro Santos

Aclênia Maria Nascimento Ribeiro

Galvaladar da Silva Cardoso

Ravena de Sousa Alencar Ferreira

Perla Maria Antão de Alencar Carvalho

Luciana Spindola Monteiro Toussaint

Verônica Elis Araújo Rezende

Sylvia Helena Batista Pires Ferreira

Maria Luzilene dos Santos

Érida Zoé Lustosa Furtado

Jardilson Moreira Brilhante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229033>

CAPÍTULO 4..... 27

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO II DO CURSO DE LETRAS E OS PROJETOS DE LETRAMENTO: UM OLHAR PARA O IMPREVISÍVEL

Márcia Regina Mendes SANTOS*

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229034>

CAPÍTULO 5..... 36

EDUCAÇÃO PARA SAÚDE: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ALUNOS E PROFESSORES DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SÃO GONÇALO-UERJ SOBRE TUBERCULOSE

Mônica Antônia Saad Ferreira

Rogério Carlos Novais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229035>

CAPÍTULO 6	42
ENTRE OS RIOS DO AMAZONAS E OS CAMINHOS DO PARFOR: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO DE PEDAGOGIA NO ALTO SOLIMÕES	
Monica Silva Aikawa Nataliana de Souza Paiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229036	
CAPÍTULO 7	50
DESAFIOS E SUPERAÇÕES DO ENSINO REMOTO	
Letícia Gomes Ferreira Caroline Gomes Ferreira Glauber Oliveira Benjamim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229037	
CAPÍTULO 8	54
FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LIBRAS: MAPAS CONCEITUAIS COMO RECURSOS VISUAIS	
Estêvam Farias Sá Fernanda Grazielle Aparecida Soares de Castro Lidiane Sena Pinheiro Luciana Soares Freitas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229038	
CAPÍTULO 9	65
CONSTRUÇÃO ATIVA DO CONHECIMENTO QUÍMICO ATRAVÉS DO ANIME DR.STONE	
Natália Matos Sanglar Costa Marcelo Monteiro Marques	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229039	
CAPÍTULO 10	73
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DE 1988 À 2016	
Josanilda Mafra Rocha de Moraes Lourena Maria de Aquino Nogueira Lenina Lopes Soares Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.36322290310	
CAPÍTULO 11	87
LA PRÁCTICA EDUCATIVA: DESDE LA FENOMENOLOGÍA DE LA CORPORALIDAD	
Mafaldo Maza Dueñas Vanessa García González	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.36322290311	
CAPÍTULO 12	98
GRUPO DE ESTUDO EM AVALIAÇÃO ESCOLAR E SEUS SIGNIFICADOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO DE FORMADORES DE PROFISSIONAIS	

CAPÍTULO 13..... 110

PACTO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC): A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL EM ANÁLISE

Iza Cristina Prado da Luz

CAPÍTULO 14..... 123

LUDICIDADE E EDUCAÇÃO: PRÁTICA E TEORIZAÇÃO DOCENTE

Darli Collares

CAPÍTULO 15..... 135

O PIBID E A DISCRICIONARIEDADE DOS IMPLEMENTADORES

Paula Arcoverde Cavalcanti

CAPÍTULO 16..... 143

PERCEÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

Marcos Vinícius Mendonça Andrade

CAPÍTULO 17..... 157

“O ROMANCE DO PAVÃO MYSTERIOSO”: APRENDIZAGEM EM DOC NA AULA

Luiza Maria Aragão Pontes

SOBRE OS ORGANIZADORES 163

ÍNDICE REMISSIVO..... 165

O PIBID E A DISCRICIONARIEDADE DOS IMPLEMENTADORES

Data de aceite: 01/03/2022

Paula Arcoverde Cavalcanti

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)-
DCH (Campus V)
<http://lattes.cnpq.br/7808313507417916>

RESUMO: Este trabalho visa compreender a ação discricionária dos implementadores do subprojeto denominado de PIBID-GEO e que foi implementado no período de 2014 a 2018 em um Colégio Estadual do Ensino Fundamental II, a partir da observação direta e assistemática, durante o processo de implementação. O debate é fundamentado na Análise de Políticas e no Ciclo de Política como ferramentas analíticas virtualmente construída e gira em torno da implementação como um processo contínuo de reformulação da política pública a partir da ação discricionária dos implementadores burocratas do nível de rua. Observou-se que as decisões dos implementadores e determinado ‘grau de manobra’ – a discricionariedade – são fundamentais para que a política pública seja efetivamente “materializada” no nível da instituição de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Implementação. Discricionariedade.

THE PIBID AND THE DISCRETION OF THE IMPLEMENTERS

ABSTRACT: This article aims to understand the discretionary action of the subproject implementers

called PIBID-GEO, that was implemented in the period from 2014 to 2018 in a State College of Elementary Education II, from direct and attendant observation, during the implementation process. The debate is based on Policy Analysis and the Policy Cycle as a virtually constructed analytical tool and revolves around implementation as a continuous process of reformulation of public policy from the discretionary action of the street-level bureaucratic implementers. It was observed that the decisions of the implementers and determined ‘maneuverability’ – the discretion – are fundamental for public policy to be effectively “materialized” at the level of the educational institution.

KEYWORDS: Public Policies. Implementation. Discretion

1 | INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) faz parte da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, desenvolvido pelo Governo Federal do Brasil através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e implementado a partir da parceria entre as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas e a Rede Pública de Ensino (Federal, Estadual, Municipal) nos diversos níveis da Educação Básica. Segundo os dispositivos legais, esse programa, visa fomentar o aperfeiçoamento da formação iniciação à docência a partir da inserção dos

licenciandos no efetivo trabalho pedagógico em uma instituição nos diversos níveis da Educação Básica.

Esse Programa é aqui entendido como política pública e materializado através de projetos e subprojetos onde são traçados os objetivos, ações, estratégias, atividades, resultados etc. O subprojeto em tela, intitulado PIBID-GEO foi implementado de 2014 a fevereiro de 2018 pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em um Colégio Estadual. Durante esse período, as atividades foram sendo ‘mudadas’, substituídas ou não implementadas etc. Essa realidade nos fez questionar de que forma os implementadores atuavam? Existiam fatores que pressionavam os implementadores e, conseqüentemente, atividades propostas pelo subprojeto eram desvirtuadas?

Portanto, o presente trabalho visa compreender a ação discricionária dos implementadores do PIBID-GEO e partiu da necessidade de dedicar mais atenção ao que muitos autores denominam de “elo perdido” da ação pública: o momento da implementação das políticas públicas.

2 | ALGUNS DELINEAMENTOS: DA POLÍTICA PÚBLICA À DISCRICIONARIEDADE

Teoricamente, as políticas públicas se relacionam com o acesso das pessoas a bens e serviços. Consistem em leis, normas, programas, projetos etc., que visam resolver e responder as necessidades; aos interesses de grupos e pessoas; as instituições etc., que compõem uma sociedade. Elas podem ser entendidas como o escopo privilegiado da realização do ‘acordo’ entre Estado e sociedade e, por isso, não devem ser compreendidas como um fenômeno meramente técnico. Nesse sentido, segundo Cavalcanti (2012, p. 41), a política pública está

[...] relacionada com as intenções que determinam as ações de um governo; com o que o governo escolhe fazer ou não fazer; com as decisões que têm como objetivo implementar programas para alcançar metas em uma determinada sociedade; com a luta de interesses entre o governo e sociedade; ou ainda, com atividades de governo, desenvolvidas por gestores públicos ou não, que têm uma influência na vida de cidadãos.

A Análise de Políticas (*Policy Analysis*) é entendida como um procedimento analítico capaz de reconstruir a política pública com o objetivo de identificar, dentre os diversos aspectos, os atores que influenciam o processo de elaboração das políticas públicas e de esclarecer quais os interesses, valores, posições e objetivos desses atores.

Como arsenal teórico, a *Policy Analysis*, possibilita desvelar o jogo político (*politics*) para além dos aspectos meramente técnicos que envolvem todo o processo de elaboração de uma política pública (*public policy*). Deste modo, a *politics* se refere ao processo político, frequentemente de caráter conflituoso; e a *policy* (*public policy*) se relaciona com a dimensão prática, e se refere aos ‘conteúdos concretos’, isto é, a “configuração

dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao “conteúdo” das decisões políticas” (FREY, 2000, p.216-217).

Segundo Serafim e Dias (2011, p.322) a Análise de Políticas é um “conjunto de observações de caráter descritivo, explicativo e normativo acerca das políticas públicas que correspondem, respectivamente, às perguntas a respeito de “o que/como é?”, “por que é assim?” e “como deveria ser?”

Portanto, esse arsenal teórico tem como objeto de estudo “as decisões políticas e os programas de ação dos governos, interrogando-se sobre a gênese dos problemas que tais decisões procuram resolver, sobre as soluções formuladas e as condições da sua implementação” (ARAUJO e RODRIGUES, 2017, p.11).

Destarte, o PIBID é compreendido como resultado de determinada *politics* (processo político, jogo de poder etc.) (CAVALCANTI, 2012; CAVALCANTI, 2020). Sua dimensão *policy* ou *public policy* (política pública) é a ação concreta “materializada pelo Estado” através da implementação de subprojetos (objetivos, ações, estratégias, atividades, resultados etc.) no nível micro do sistema de ensino – Instituição de Ensino -“Escola Parceira” – atendendo a um público-alvo específico.

Como política pública, o PIBID pode ser modelizado através de um Ciclo de Política (*Policy Cycle*) composto de maneira geral por três momentos: formulação, implementação e avaliação (FREY, 2000; RUA, 2009; RÖTH-DEUBEL, 2010; CAVALCANTI, 2012). O Ciclo de Política é considerado muito mais uma ferramenta analítica, intelectualmente construído, para fins de modelização (ordenamento, descrição, explicação e prescrição), para o estudo de uma política pública, do que um fenômeno concreto.

Vale assinalar, portanto, que o *Policy Cycle* (Ciclo de política) é um idealizador do processo político. Porém, o fato de os processos políticos reais não corresponderem a um modelo teórico, não indica necessariamente que ele seja inadequado para a explicação desses processos (FREY, 2000). Ou seja, é possível analisar cada momento de uma política, a partir de um recorte, mesmo sabendo que não são sequenciais ou lineares.

Deste modo, teoricamente, depois da política ser formulada (definição da alternativa a seguir, objetivos, ações etc.), inicia-se a sua implementação, mediante órgãos e mecanismos existentes ou especialmente criados pela gestão pública para que seja materializada no nível mais concreto. A formulação, implementação e avaliação acontecem simultaneamente e interferem umas às outras, em um movimento de constante retroalimentação. Ou seja, a implementação é um processo contínuo e interligado ao momento de formulação.

No momento do processo da implementação se pretende transformar os ‘planos’ (ideias, intenções etc.) em ‘ações concretas’, podendo haver uma negociação que pode ou não ser levada em consideração, tornando-o dinâmico. Na implementação da política as ações planejadas para determinado período podem sofrer transformações a depender da posição dos implementadores responsáveis pela sua ‘materialização’. Portanto, no processo de implementação de uma política, as instituições, os implementadores e os

contexto são variáveis importantes para o resultado dela.

Então, a implementação enquanto um processo contínuo e complexo que envolve uma gama de intenções, ações e interferências, pode ser abordado a partir do Modelo *Bottom-Up* (de baixo para cima), onde o papel dos implementadores é considerado de suma importância para o sucesso ou fracasso de uma política (CAVALCANTI, 2012). Nesse modelo, os implementadores (burocratas) são considerados muito mais próximos dos problemas reais dos cidadãos (público-alvo) do que os tomadores de decisão (*policy makers*) que se localizam no topo do sistema político.

Nessa perspectiva, os implementadores – burocratas de nível de rua (*street level bureaucrats*) –, que trabalham diretamente com o público-alvo, possuem ‘liberdade’ para alterar e adaptar a política à uma determinada realidade (LIPSKY, 1980). Nesse sentido, as decisões dos “burocratas do nível de rua, as rotinas que estabelecem e os padrões que inventam para lidar com as incertezas e pressões do ritmo de trabalho que eles suportam, de fato, estabelecem as políticas públicas que devem implementar”. (LIPSKY, 1980, p. 12)¹.

Essa ‘liberdade’ em atuar pode gerar decisões efetivas denominadas de “exercício de discricionariedade”, sendo que o “grau de manobra” varia em função do nível em que os implementadores se encontram na hierarquia; na proximidade e posição que ocupam em relação ao público-alvo da política (CAVALCANTI, 2012; LOTTA, 2012, 2019).

A discricionariedade, entretanto, não pode ser confundida com a arbitrariedade, uma vez que os implementadores, mesmo tendo certo “grau de manobra” estão vinculados ou limitados quanto à maneira, objetivo, recursos etc., que disponibilizam durante o exercício discricionário. Também, não pode ser considerada como uma imprevisibilidade, pois o “grau de manobra” e o “poder discricionário” são, até certa medida, concedidos propositadamente, para que a atuação dos implementadores se adapte a uma situação concreta no decorrer do processo de implementação. Desta forma, segundo Lotta (2019, p.32) a discricionariedade

[...] não é, por natureza, boa ou má. Mas ela pode ter efeitos positivos ou negativos, tanto para as políticas públicas quanto para os usuários. Como as pesquisas mostram, o exercício da discricionariedade pode ser incluyente ou excluyente (LOTTA, 2017), pode gerar equidade, mas também pode gerar desigualdade, pode gerar preconceito, mas pode gerar inclusão.

Posto isso, uma decisão em sentido diferente do que foi planejado, possivelmente alterará o resultado obtido, e conseqüentemente, o conteúdo da própria política. Assim, as “manobras” adotadas pelos implementadores em resposta às incertezas e pressões sofridas, vão efetivamente se tornando a política pública. E isso, por outro lado, pode criar ou não ‘amarrações’ com o que foi inicialmente formulado na política pública.

¹ Tradução nossa.

3 I O LÓCUS INVESTIGATIVO E ESBOÇOS METODOLÓGICOS

O PIBID-GEO em tela foi implementado em um Colégio Estadual², Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), Tempo Integral (matutino e vespertino), com aproximadamente 160 alunos, 01 Diretora, 01 Vice-Diretora, 02 Coordenadoras Pedagógicas, 17 funcionários (porteiros, auxiliares, cozinheiras etc.) e composto por 01 Coordenadora de Área (IES), 03 Professoras Supervisoras da Instituição de Ensino, 15 Bolsistas de Iniciação à Docência (IDs).

No referido subprojeto cada Bolsista ID atuava por 4h semanais na implementação das atividades denominadas de ‘oficinas pedagógicas’ que foram elaboradas coletivamente e, virtualmente, quando eram solicitados pela gestão do Colégio para atuarem em outras atividades não relacionadas com o PIBID-GEO. Essas oficinas abordavam várias áreas do conhecimento geográfico e temas transversais tais como: gênero, ‘identidade e pertencimento’ etc.

Para atingir o objetivo da pesquisa utilizou-se a técnica de observação direta e assistemática no período de agosto de 2016 a fevereiro de 2018. Não houve, contudo, a preocupação em estabelecer um roteiro prévio para a obtenção de dados. E, sim, entender quais os possíveis fatores, que no limite, obrigavam aos burocratas de nível de rua a exercerem a discricionariedade. Assim, a “técnica de observação pode ser muito útil para a obtenção de informações. Mais do que perguntar, podemos constatar um comportamento” (PRODANOV e FREITAS, p.103, 2013).

Para efeito de análise foram considerados como implementadores – burocratas de nível de rua- os Bolsistas IDs e as Professoras Supervisoras – da “escola parceira” (Colégio Estadual) tendo em vista que interagiam diretamente com o público-alvo e “colocavam em prática ou executavam” (SUBIRATS et al 2012) o PIBID-GEO.

Para atingir o objetivo da pesquisa, a observação ocorreu durante o acompanhamento da implementação do subprojeto: a) durante visitas e participação nos eventos de cunho cultural e pedagógico do Colégio e, nas reuniões com a comunidade escolar. Nesse momento foi possível observar *in lócus* a dinâmica do cotidiano escolar; b) reuniões com os Bolsistas IDs e Professoras Supervisoras (planejamento pedagógico etc.). Nesse momento, a partir dos relatos (impressões, reclamações, vivências etc.), foi possível desvelar como acontecia o desenvolvimento das atividades propostas pelo PIBID-GEO.

A partir desses dois momentos, foi possível observar os integrantes do subprojeto em atividades distintas e, posteriormente realizar o cruzamento das informações a fim de obter uma maior clareza acerca dos problemas enfrentados no cotidiano escolar, que potencialmente poderiam influenciar a implementação do subprojeto em tela.

² O nome do Colégio em questão será omitido.

4 | A DISCRICIONARIEDADE DOS IMPLEMENTADORES

Durante o processo de implementação do PIBID-GEO foi possível notar uma complexidade de aspectos que afetavam o desenvolvimento das atividades. Um dos aspectos foi a pouca organização do trabalho escolar, entendido como o desenvolvimento e a interrelação de todos os elementos pedagógicos e de gestão (recursos, atividades teórico-práticas etc.) que viabilizam de forma congruente a realização do processo educativo.

A dificuldade em organizá-lo pode ter sido favorecida, por exemplo, pela rotatividade de gestores que, conseqüentemente, além de causar um ‘descompasso’ na organização e desenvolvimento do trabalho escolar de maneira geral, também afetava as atividades (oficinas pedagógicas) do PIBID-GEO. A impressão era que cada gestor tinha a intenção em praticar uma forma de gestão que refletisse sua ‘agenda’, sua ‘personalidade, seus valores etc., sem se importar efetivamente com acordos e planejamentos realizados ao longo do período letivo. Essa troca constante de gestores e o ‘eterno (re) começar’ gerava um desconforto tanto para os profissionais do Colégio quanto para os implementadores do PIBID-GEO, além de provocar uma instabilidade no cotidiano escolar.

Então, foi possível observar que diante da desorganização do trabalho escolar, os Bolsistas IDs e Professoras Supervisoras agiam de três formas distintas: 1) suspendiam, mesmo que provisoriamente, as atividades programadas do PIBID-GEO, implementando-as em momento oportuno; 2) redimensionavam as atividades para se adequarem à dinâmica escolar; 3) atuavam como controladores do ‘fogo’ se envolvendo em atividades que não se relacionavam diretamente com o PIBID-GEO. De certo modo, mesmo que não atuassem nos ‘incêndios’, as atividades do PIBID-GEO já estavam comprometidas.

Considerando que a realidade dentro de um Colégio de Ensino Fundamental II é complexa, onde são apresentados cotidianamente novos desafios, de fato, os implementadores precisavam responder rapidamente as pressões oferecendo respostas condizentes, atuando discricionariamente. Nesse sentido, ao assumirem a responsabilidade da implementação das atividades do subprojeto, as “manobras” eram consideradas naturais e necessárias visto que os constantes “incêndios” os “forçavam ao exercício da discricionariiedade”.

Desta forma, as manobras causavam um impacto direto em como a política pública era implementada, ocasionando assim, não apenas em um (re)ajuste entre o que foi proposto e o que foi efetivamente materializado no nível micro – Instituição de Ensino - “Escola Parceira” –, mas também, uma reorientação em relação ao próprio conteúdo da política. Essas ‘manobras’, por conseguinte, produziam um ‘efeito cascata’ e afetavam a implementação do PIBID-GEO.

No entanto, mesmo diante dessa realidade, acreditamos que os implementadores – Bolsistas IDs e Supervisoras – ao agirem discricionariamente, não tinham a compreensão de que ao alterarem uma determinada atividade, mesmo que minimamente, afetavam

de maneira geral o PIBID-GEO e, sim, estavam atuando coerentemente garantindo a implementação das atividades, mesmo que ‘desvirtuando’ o que foi formulado.

Os implementadores – burocratas de nível de rua – invariavelmente redimensionavam, substituíam, ou até mesmo, não implementavam o que havia sido estabelecido em função dos problemas provocados pela desorganização do trabalho escolar.

Isso revelou que quanto maior for a proximidade dos implementadores com o público-alvo maior será o “grau de manobra” – discricionariedade – permitindo alteração e produzindo até certo grau, uma outra política (programa, projeto etc.).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância dos estudos das políticas públicas no atual contexto sociopolítico e econômico brasileiro. Nesse sentido, podem ser incluídos os estudos das políticas públicas que são desenvolvidas na área de educação.

O PIBID, enquanto uma política pública, que visa fomentar o aperfeiçoamento da formação iniciação à docência, a partir da inserção dos licenciandos no efetivo trabalho pedagógico em uma instituição de ensino, pode ser analisada a partir de um recorte analítico, onde o momento de implementação pode ser amplamente compreendido através da atuação dos burocratas de nível de rua (*street level bureaucrats*).

A partir do estudo sobre o momento de implementação das políticas públicas é possível detectar falhas; aspectos que colaboram para uma implementação viciosa etc., uma vez que o sucesso ou fracasso pode depender da ação dos implementadores. A não preocupação com as condições da implementação aumentam a chance de uma política pública não atingir os resultados anunciados.

No caso específico do PIBID-GEO – “materializado” no nível micro do sistema de ensino – ficou evidente que os implementadores – Bolsistas IDs e Professoras Supervisoras – eram os que estavam mais perto do público-alvo e, que os problemas advindos da pouca organização do trabalho escolar contribuíram para o “exercício de discricionariedade, forçando-os a respostas mais apropriadas diante do contexto.

Desta forma, os burocratas de nível de rua – Bolsistas IDs e Professoras Supervisoras – ao ajudarem a contornar os problemas provocados pela desorganização do trabalho escolar fazendo algo que não estava previsto ou não implementando as atividades planejadas, por outro lado, criavam outros mecanismos para realizarem o que havia sido programado, mesmo que em tempo e situações diferentes e, por outro lado, alteravam as atividades do PIBID-GEO. Porém, não pode ser entendido como algo ilegítimo, pelo fato de as ações posteriormente implementadas não terem sido anteriormente programadas.

Essa realidade, nos remete a uma outra questão: afinal o que deve ser compreendido como implementação eficaz, condizente, correta ou satisfatória? É aquela que foi planejada ou aquela que efetivamente ocorre?

Portanto, durante a implementação das atividades do PIBID-GEO houve a ampliação da compreensão da Instituição de Ensino -“Escola Parceira”, principalmente, no que se refere a importância da organização do trabalho escolar e da discricionariedade dos implementadores para que ocorra a implementação da política pública.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L; RODRIGUES, M.de L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa , n. 83, p. 11-35, jan. 2017. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292017000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 maio 2020.

CAVALCANTI, P. A. **Análise de políticas públicas**: o estudo do Estado em ação. Salvador: Eduneb, 2012.

_____. O PIBID e a gestão da escola: hiato de implementação? **Brazilian Journal of Development** Curitiba, v. 6, n. 7, p. 44961-44971, jul. 2020. DOI:10.34117/bjdv6n7-207. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/12921/10970>. Acesso em: 16 de outubro 2020.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas (PPP)**, n.21. p.211-259, 2000.

LIPISKY, M. **Street-level bureaucracy**: dilemas of the individual in public servisse. New York: Russel Sage Foundadtion, 1980.

LOTTA, G. S. O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FÁRIA, C. A. P de. (org.) **Implementação de políticas públicas**: teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

_____. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, G. S (org.) **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RÖTH-DEUBEL, A. N. (ed.). **Enfoques para el análisis de políticas públicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2010.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2009. 130 p.

SERAFIM, M.P.; DIAS, R. de B. Conceitos e ferramentas para análise de política pública. In: BENINI, E. *et al* (org.) **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SUBIRATS, J; KNOEPFEL, P; LAURRUE, C; VARONE, F. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Editorial Planeta, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 47, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 127, 129, 164
Anime 65, 66, 67, 68, 70, 71
Avaliação educacional 98, 99, 101, 102, 103, 108, 115

B

BNCC 13, 14, 15, 16, 17, 18

C

Cooperação 119, 123, 127, 163
COVID-19 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 63

D

Docência 28, 29, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 53, 81, 123, 124, 125, 132, 133, 135, 139, 141

E

Educação aberta 143
Educação de jovens e adultos 1, 3, 4, 6, 11, 12, 35, 44, 72
Educação e saúde 36
Educação profissional 73, 75, 76, 78, 79, 85, 86, 164
Educação superior 19, 20, 21, 22, 24, 64, 80, 81, 100, 144, 145
Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 38, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 123, 125, 126, 127, 128, 133, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 163
Ensino de Libras 54
Ensino de Química 65, 66
Estágio curricular 29, 32, 42, 44, 45, 46
Estágio supervisionado 1, 2, 27, 30, 31, 45
Estratégias 2, 12, 15, 20, 21, 23, 50, 58, 66, 81, 82, 100, 107, 108, 113, 114, 115, 117, 128, 129, 136, 137, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 155
Experiência 2, 3, 4, 6, 13, 26, 29, 30, 31, 42, 44, 47, 48, 51, 52, 60, 64, 83, 102, 123, 125, 127, 132, 153, 163, 164

F

Formação de professores 13, 17, 27, 29, 34, 35, 36, 39, 42, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 63, 64,

73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 102, 110, 112, 115, 118, 121, 153, 163

G

Grupo de estudo 98, 101, 102, 103, 105, 106, 107

I

Implementação 13, 14, 15, 64, 73, 80, 81, 85, 86, 101, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 120, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Integração tecnológica 1, 5

L

Leitura 31, 32, 34, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 108, 113, 117, 127, 128, 129, 133, 160

Ludicidade 104, 123

M

Mapas conceituais 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64

P

PARFOR 42, 43, 44, 45, 47, 48

Pedagogia 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 55, 72, 77, 81, 85, 123, 133, 163, 164

Pessoas com deficiência 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86

Política de formação continuada 110

Políticas públicas 15, 38, 80, 81, 82, 101, 114, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 164

R

Readequação 50

T

Tecnologia educacional 20, 50

Trabalho pedagógico 13, 48, 101, 109, 136, 141

Formação docente:

Contextos, sentidos e práticas 2



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Formação docente:

Contextos, sentidos e práticas 2



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br